

GEOGRAFIA E ESPAÇO: UMA MATRIZ TEÓRICA MULTIDIMENSIONAL PARA DESMISTIFICAR A REALIDADE SOCIAL

Mateus Viriato¹

Mestrando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão geográfica sobre o conceito de espaço a partir das suas múltiplas dimensões conceituais e de diferentes eixos temáticos pertinentes para o seu entendimento relacional. Enquanto um conceito-chave para a Geografia, abordamos o espaço como o alicerce capaz de sustentar uma epistemologia potente e desmistificadora das ‘certezas’ unívocas do pensamento moderno-ocidental, que ainda pairam sobre o pensamento geográfico. Desta maneira, o texto propõe uma análise espacial que se pauta pela relação entre os termos ‘sociedade’ e ‘natureza’, ‘tempo’ e ‘poder’, iluminando o debate sobre variados ‘desenvolvimentos e sustentabilidades’ a se considerar no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: geografia; espaço e sociedade

GEOGRAPHY AND SPACE: A MULTIDIMENSIONAL THEORETICAL MATRIX TO DEMYSTIFY THE SOCIAL REALITY

Abstract

This paper proposes a geographical reflection concerning the concept of space from a relational perspective, considering its manifold conceptual dimensions and various thematic axes. As a key concept for Geography, ‘space’ is thus approached as a sound foundation for a demystifying epistemology, opposed to the universal ‘certainties’ sought through modern rationality and still in use amongst a number of geographical studies. Therefore, this study suggests an spatial analysis oriented by the relation between ‘society’ and ‘nature’, ‘time’ and ‘power’, shedding some light on debates concerning various ‘developments and sustainabilities’ in the contemporary world.

Keywords: Geography, space and society.

¹ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

mateusviriato@gmail.com

INTRODUÇÃO

No limiar do século XXI, o espaço se constitui como um dos conceitos fundamentais que balizam a vida humana e o seu entendimento assume crescente importância no mundo contemporâneo. Porém, ao que tudo indica, o espaço permanece

sendo uma incógnita: onde todos se situam, na qual todos se constroem, mas que no fundo sentimos ainda não ter encontrado as palavras certas para explicar. E mesmo quando acreditávamos ter encontrado respostas definitivas, percebemos que, na realidade, a pergunta era maior e já havia se transformado antes mesmo de ensaiarmos qualquer explicação. Ora, ‘explicar’ o espaço não se resume numa tarefa simples, pelo contrário, talvez seja um dos maiores desafios dos tempos atuais.

O primeiro problema a se considerar é a notável polissemia do termo, expressa nas incessantes adjetivações que são recorrentes no cotidiano (espaço normativo, espaço privado, espaço público, da casa, do lazer, do trabalho, etc.) e nos variados significados que o espaço adquire nas tramas da sociedade, somando representações de diferentes âmbitos sociais. Seja no universo científico, no ensino escolar ou mesmo no senso comum, a noção de espaço se apresenta mais através de suas derivações – espaço disso, espaço daquilo – do que em seu sentido integral. E daí emerge a segunda questão, pois se de fato estamos a falar de um conceito complexo, que envolve múltiplas dimensões analíticas, sua interpretação exige mais do que um simples ‘jogo de palavras’ sustentado por leituras parciais da realidade.

O espaço tal como ele é exige uma leitura totalizante, que busque integrar o máximo de lentes teóricas existentes em direção a uma epistemologia diversa e una ao mesmo tempo. Na Geografia, este esforço teórico se faz mais do que necessário, pois é nesta ciência que o conceito de espaço se consagra como principal objeto de estudo. Conforme Haesbaert (2014), em sua proposta de pensar uma “constelação geográfica de conceitos”, o espaço assume centralidade categórica na Geografia, tal como um ‘astro-rei’ que estabelece relações com os demais conceitos geográficos, esclarecendo-os com base no seu ‘potencial luminoso’. Desta forma, é em torno do entendimento de espaço que se constrói a epistemologia geográfica, sendo o próprio pensamento geográfico um pensamento sobre o espaço, uma reflexão essencialmente espacial.

No entanto, imerso a tantas subdivisões e fragmentações do conhecimento, o geógrafo se relaciona de forma embaraçosa com o conceito-chave de sua disciplina. Durante o percurso da reflexão sobre o espaço na Geografia é possível vislumbrar um debate conceitual repleto de tensões epistemológicas, que se estende e ganha

complexidade ao longo do histórico desta ciência. Se numa primeira aproximação tal conceito corresponde a uma abstração absoluta, num sentido de localização topológica ou de receptáculo, sendo um ‘vazio’ onde os elementos naturais e as atividades humanas se organizam e diferenciam. Mais adiante, esta concepção se mostra insuficiente para pensar o real, visto que o espaço passa a ser estudado como uma construção com conteúdo social, associada aos processos políticos e simbólicos da sociedade. Logo, a cada momento da história, os geógrafos pensaram o espaço de maneira diferenciada, numa contínua ‘des-re-contrução’ conceitual.

Não obstante, apesar da progressão desta trajetória teórica, o espaço ainda figura nos livros didáticos de Geografia e inclusive em muitas pesquisas acadêmicas como um conceito limitado às noções de “superfície terrestre” ou de “distribuição dos fenômenos naturais e atividades sociais”. Sob esta condição, mesmo hoje em dia, muitos geógrafos ainda persistem em acreditar que é possível decifrar o espaço em termos tão simples que, na ilusão da própria superficialidade, parecem nos proporcionar um entendimento quase imediato da realidade. Entretanto, Thrift (2009) percebe esta atual simplificação na abordagem conceitual do espaço como um processo intencional, apontando que sua atual redução semântica está inserida dentro da racionalidade hegemônica que busca reduzir a maravilhosa complexidade presente no mundo na medida em que também reduz o próprio entendimento de espaço.

Levando em conta estes pressupostos, este texto se desenvolve em torno de uma hipótese central: sob uma perspectiva geográfica ao mesmo tempo multidimensional, dialética e crítica, o conceito de espaço se apresenta como matriz de superação das dicotomias e reducionismos da razão moderna-ocidental, sendo capaz de iluminar diferentes versões da realidade social, para além da narrativa dominante do processo civilizatório. Dito isto, não temos aqui a pretensão de comprovar esta hipótese nas poucas páginas que seguem, mas em tom propositivo, buscamos sinalizar as possibilidades teóricas e metodológicas para a sua realização nas práticas de pesquisa em Geografia.

Sob este entendimento, a proposta deste texto é aprofundar a reflexão geográfica sobre o espaço, analisando-o sob suas variadas dimensões constitutivas e diferen-

tes eixos temáticos pertinentes para o seu entendimento relacional. Evidentemente, estes enfoques se referem a aspectos que não se encontram separados na realidade, pois estão condensados e contidos no próprio espaço, num movimento integrado e complexo, sempre mais veloz e mais total do que o nosso ritmo e escopo intelectual. Porém, sem perder de vista esta complexidade, tais dimensões serão aqui consideradas em diferentes momentos do raciocínio, tais como etapas fundamentais para a construção gradual de um conhecimento totalizante.

Nesse sentido, este artigo se estrutura em três momentos centrais de reflexão sobre o espaço: no primeiro, apresentamos o espaço como condição, meio e produto da relação sociedade-natureza, em sua totalidade concreta; no segundo momento, o conceito de espaço é associado às noções de tempo e poder, que apontam para o seu movimento de produção histórica, sob a óptica das relações territoriais e das representações sociais; e por fim, no terceiro momento, considerando o percurso reflexivo construído, buscamos elucidar o entendimento de múltiplos desenvolvimentos e sustentabilidades na produção do espaço contemporâneo. Sendo assim, se trata de um ensaio sobre o espaço a partir de seus fundamentos elementares e das várias possibilidades semânticas que se abrem para a leitura espacial.

Todavia, a construção desta argumentação só é possível graças às ideias autores como Ana Fani Carlos, David Harvey, Henri Lefebvre, João Rua, Marcelo Lopes de Souza, Milton Santos, Rogério Haesbaert e outros pensadores da teoria social crítica. Ao aproximarmos as proposições teóricas de cada um, percebemos que por mais traços diferentes possam aparecer em seus escritos, todos eles compartilham uma ambição em comum: superar a ideia de um ‘espaço absoluto’, como um palco onde as coisas acontecem descoladas da história social e da realidade do mundo, através da noção relacional de um espaço que está em construção permanente e inacabada, associado ao conteúdo das práticas sociais. Sob esta perspectiva, este texto também se apoia nos debates, leituras e trabalhos desenvolvidos nas aulas da disciplina “Paisagem, Espaço e Sustentabilidades”, ministrada pelo professor João Rua no programa de mestrado em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Portanto, por mais que nosso objetivo seja esclarecer o conceito de espaço, adiantamos que este debate está longe de se esgotar neste breve estudo. E não devemos enxergar isto de modo negativo. De modo inverso, seria mais sensato ler este artigo como um ponto de partida para o pensamento geográfico, com mais aberturas e propostas do que encerramentos ou conclusões. Visto que a própria incompletude do debate aponta para a magnitude do significado de espaço, seguiremos neste tom, na busca de elaborar uma teoria geográfica desmistificadora da realidade social.

ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA

Como introduzimos, o conceito de espaço está na base de todo o conhecimento geográfico e desempenha um papel central na fundamentação teórico-metodológica das diferentes correntes de pensamento da Geografia. Ao longo do seu percurso conceitual, considerando desde as contribuições dos primeiros geógrafos até as teorias espaciais mais recentes, é possível notar que a construção epistemológica sobre o espaço se realiza a partir do contato entre dois termos essenciais: sociedade e natureza. Segundo Carlos (2011), a relação sociedade-natureza se situa no centro constitutivo da ciência geográfica e aponta para um conjunto de dificuldades para o estudo do espaço ao colocar a necessidade de pensar as dimensões social e natural de forma profundamente integrada.

Destarte, no cerne da reflexão geográfica sobre o espaço se encontra a relação sociedade-natureza, repleta de metamorfoses concretas, numa interação constante, dinâmica e complexa. Sob uma perspectiva geográfica, se torna um exercício elementar e desafiador interpretar esta relação num duplo sentido, investigando tanto as maneiras pelas quais os fatores naturais influenciam e condicionam a organização social, como os modos pelos quais as práticas humanas transformam a natureza, em variados níveis e escalas (SOUZA, 2015). Neste processo de transformação mútua, o espaço se revela multidimensional, pois em sua objetividade se constitui enquanto fundamento material para a vida, referente às condições físicas do ambiente natural, e em sua subjetividade, consiste numa realidade humana carregada de simbolismos (HAESBAERT, 2014).

Notadamente, tal complexidade espacial requer uma explicação teórica potente, porém realizar esta tarefa remonta a um “problema original”, pois o próprio ponto de partida da Geografia para resolver essa questão repousa na sua condição de ciência parcelar (CARLOS, 2011). Nessa direção, criada no berço da razão moderna, sob o véu do paradigma fragmentador, a própria disciplina geográfica se apresenta como fruto da divisão do conhecimento. Visto que, de forma separada, de um lado se pensou o espaço do homem e, do outro, o espaço da natureza. Assim, a Geografia e os geógrafos se fragmentaram em dois polos de estudo sobre o espaço, através da paulatina desagregação dos termos que compõem a análise da relação sociedade-natureza (SOUZA, 2015).

Com base em ênfases parciais, seja priorizando a dimensão social ou a natural, as teorizações sobre o conceito de espaço se divergiram, consagrando a cisão epistemológica entre os domínios da Geografia Física e da Geografia Humana. A primeira focada em explicar o espaço físico-ecológico a partir da tradição naturalista dos geógrafos tradicionais e a segunda empenhada em desvendar o caráter social do espaço, em seus sentidos político, cultural e simbólico. Cada uma concebendo o espaço com sua visão limitada da relação sociedade-natureza, extraíndo desta apenas as problemáticas que julgam pertinentes para si. O que conseqüentemente resulta, de ambos os lados, num progressivo afastamento entre o conhecimento geográfico e a totalidade concreta, como aponta Carlos (2011):

“A constituição da Geografia como conhecimento fez da análise do espaço o seu campo, e, desse modo, transformou-o em seu objeto de estudo a partir da prática dos homens e de sua repartição, criando uma gama de áreas diferenciadas. Tal preocupação colocou no centro da constituição da disciplina “a relação homem-natureza” que, ao longo de seu processo constitutivo, criou uma contradição insolúvel entre uma Geografia física e uma Geografia humana. Mas, a partir dessa primeira divisão, a Geografia se subdivide em outras ‘n geografias’ possíveis, sem que com isso seja potencializada sua capacidade de construir uma compreensão sobre o mundo.” (...) “Estas especializações e fragmentações têm afastado o saber geográfico dos seus fundamentos filosóficos, encerrando a Geografia no mundo das profissões e não do conhecimento.” (CARLOS, 2011, p.19)

Sob uma perspectiva similar, Souza (2015) analisa o problema secular da “identidade da Geografia” e se questiona se estamos a falar de apenas uma Geografia ou de Geografias, no plural. Para o autor, a ciência geográfica é caracterizada pela divergência-confluência de dois grandes rumos teórico-metodológicos. Ressaltando

que a própria construção conceitual do espaço há de ser diferente em cada ‘rumo’, com enfoques preferenciais bem distintos, para lidar com diferentes facetas das problemáticas espaciais. Logo, o autor aponta que seria pertinente pensar a Geografia como uma ciência “epistemologicamente bipolarizada”.

Sendo assim, Souza (2015) propõe duas analogias para pensarmos esta dupla polaridade epistemológica da Geografia. A primeira se baseia nos “dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” elaborados por Santos (1979), seguindo a perspectiva da visão dialética da bipolarização dos ‘circuitos’ econômicos: que apesar de distintos são interdependentes e complementares. O autor argumenta que tal como esta lógica foi capaz de superar as interpretações dicotômicas do ‘setor moderno’ e do ‘setor tradicional’ na economia, ela também pode desfazer o dualismo epistemológico da Geografia, inserindo-o num entendimento mais amplo e totalizante:

“Arrisco-me a pensar que seria produtivo ver a Geografia de modo semelhante: em vez de trata-la dicotômica e dualisticamente (como se fosse realmente razoável “descolar” sociedade e natureza uma da outra, ou como se não se achassem dinâmica, processual e historicamente entrelaçadas de modo complexo), e também em vez de decretar que a Geografia é “social” e que a Geografia Física é uma ilusão ou um anacronismo, não seria uma questão de sensatez reconhecer que a Geografia é epistemologicamente bipolarizada. Dois “polos epistemológicos” se abrigam no interior desse complexo, vasto e heterogêneo campo denominado Geografia: o “polo” do conhecimento sobre a natureza e o “polo” do conhecimento sobre a sociedade.” (SOUZA, 2015, p.24)

A partir dos argumentos da primeira, a segunda analogia proposta por Souza (2015) seria pensar a Geografia como uma “confederação”, composta por sistemas teórico-metodológicos autônomos, mas que constituem um todo e estabelecem alianças entre si. Ao invés de imaginar a Geografia a partir de sua “pretensa homogeneidade postulada pelos ideólogos de um Estado-nação”, deveríamos compreender que ela é “irremediável e estonteantemente plural”, sendo diversa e una ao mesmo tempo (SOUZA, 2015). De maneira que o conhecimento geográfico, balizado por esta dupla visão da relação sociedade-natureza, teria de buscar sua ‘unidade na diversidade’. Isto é, sem o sacrifício de nenhuma das partes, proporcionar sinergias conceituais e teóricas no estudo do espaço.

Tomando em consideração estas premissas, é importante notar que estes polos epistemológicos geram olhares geográficos diferenciados, mas que não se excluem. Na realidade, eles se entrecruzam. Barbosa (2008) afirma que se os fenômenos físicos e humanos foram estudados separadamente por longo período, hoje a necessidade é outra, pois “não há como separar o homem do meio físico, que é onde se dá a construção da vida”. Esta autora aponta o cuidado para não reproduzirmos uma ideia dicotômica e reduzida de espaço, colocando uma importante questão para a Geografia:

“Há como distinguir natureza de sociedade? Neste momento esta distinção não se faz mais necessária, pois, a evolução do aparato científico-tecnológico transformou a natureza num artefato planetário. E a ciência moderna concluiu que a natureza é a segunda natureza e que, inversamente, não há uma natureza humana porque toda natureza é humana. Assim sendo, todo conhecimento científico-natural é científico-social.” (BARBOSA, 2008, p.622)

Sob este raciocínio, salientamos que a construção de um saber integrado sobre o espaço, como um conceito-chave da Geografia, exige uma conexão profunda entre o polo dos conhecimentos sobre a natureza sob o efeito da sociedade e o polo do conhecimento sobre como a sociedade concebe, se apropria e transforma a natureza, construindo a si própria (SOUZA, 2015). Em suma, o que estamos a discutir é que a sociedade e a natureza se encontram dialeticamente interligadas.

Nesse sentido, alguns esforços geográficos para integrar a complexidade da relação sociedade-natureza são notáveis e devem ser citados. Partindo de uma análise ambiental, influenciada por certa veia naturalista, Barbosa (2008) e Magalhães et al. (2009) buscam esta integração baseados na abordagem sistêmica do espaço. Sob a perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas, estes geógrafos pensam a inter-relação entre o conjunto de componentes físico-ecológicos e socioeconômicos dentro da concepção de ‘unidade geossistêmica’. Através de um enfoque (quase ecológico) nas ‘variáveis’ e ‘fatores’ modificadores do ambiente, a dinâmica espacial seria caracterizada pelo resultado dos elementos abióticos, bióticos e antrópico-sociais que compõe o meio geográfico (MAGALHÃES et al., 2009).

Desse modo, ao assumirem a visão geossistêmica, tais autores encaminham suas análises na tentativa de unir a dimensão natural e social, mas claramente privilegi-

ando a primeira sobre a segunda. Sob este ponto de vista, a dimensão humana (das práticas sociais) se resume à noção limitada dos ‘impactos’ ou ‘distúrbios’ da sociedade ao meio. Compreendida como um “fator antrópico”, a ação social é reduzida a mais uma das variáveis ‘geoambientais’. Logo, a construção de um entendimento holístico sobre a realidade através desta abordagem esbarra em graves limitações. Conforme Sales (2004), a ideia de geossistema “naturaliza a sociedade”, desconsiderando toda a sua história e seus processos civilizatórios ao compará-la de “igual para igual” com os demais elementos do meio.

Entendemos que a análise ambiental pautada na concepção dos geossistemas é um primeiro esforço da Geografia Física em integrar a sociedade em seus estudos empíricos, mas ainda carece de procedimentos metodológicos necessários para realizar o que se propõe. E se revela limitado, acima de tudo, porque persiste em conceber a realidade espacial como uma totalidade fechada ao tempo histórico e às contradições sociais. Entretanto, para produzir a ‘sutura teórica’ entre sociedade e natureza é necessário ir além do ideal holístico do espaço como um sistema único com diversos componentes nivelados entre si (SALES, 2004). Não seria mais sensato e realista, ainda que nesta perspectiva sistêmica, pensarmos o espaço como um ‘sistema de sistemas’?

Em contrapartida, na obra “A Natureza do Espaço”, Santos (1996) pontua que o espaço não é um sistema fechado, pois se o mesmo é constituído pelas interações entre sociedade e natureza, ele se constitui como um sistema sempre aberto à prática social. No âmbito da Geografia Humana, este geógrafo demonstrou notável empenho em trabalhar a complexidade da relação sociedade-natureza através de suas sucessivas proposições conceituais sobre o espaço. Para ele, o desafio central da Geografia é “formular um sistema de conceitos que dê conta do todo e das partes em sua interação” (SANTOS, 1996).

Inicialmente, Santos (1978) considera o espaço como um conjunto de fixos e fluxos, interagindo de forma constante e dialética. A partir da noção de formaconteúdo, o autor afirma que os elementos fixos (fixados no espaço) permitem ou bloqueiam ações que modificam a dinâmica ambiental, ao passo que os fluxos (resultados da ação humana), atravessam e se instalam nos fixos, transformando seu

sentido e redefinindo suas condições sociais e naturais. Outra possibilidade de expressar a realidade geográfica, segundo o mesmo autor, é trabalhar com outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (SANTOS, 1988).

Em suas palavras, a configuração territorial se resume ao “conjunto formado pelos sistemas naturais existentes e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais”, ou seja, é dada pela materialidade espacial (SANTOS, 1996). Para o autor, ao longo da história, a tendência da configuração territorial é se tornar produto das práticas sociais, estas que, por sua vez, substituem a “natureza natural” por uma “natureza inteiramente humanizada”. Sob este entendimento, o trabalho humano transforma e humaniza o espaço, ao passo que, para se realizar, é intermediado por objetos naturais e sociais, isto é, trabalhados pela própria humanidade.

De forma concordante, Souza (2015) acredita ser “frutífero encarar o espaço geográfico, incluindo as facetas da ‘natureza primeira’ e da ‘natureza segunda’, como um verdadeiro conceito-matriz”. Nesta leitura, o espaço da natureza primeira se refere à “natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência”, enquanto que o espaço da natureza segunda abrange desde “a materialidade transformada pela sociedade” até os processos simbólicos “que representam o entrelaçamento dos aspectos material e imaterial da espacialidade social”. Carlos (2011) afirma que, sendo uma condição da existência humana, “a natureza se metamorfoseia, ao longo da história, em produção social”.

Mais adiante, considerando suas reflexões anteriores, Santos (1996) apresenta sua proposição conceitual mais íntegra sobre o espaço, afirmando que este é formado por um “conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”, no qual a sociedade constrói formas espaciais e estas influenciam diretamente na realização social, em uma dialética aberta e reveladora:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (...) “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.” (SANTOS, 1996, p.40)

Desta maneira, sistemas de objetos e sistemas de ações interagem de modo dialético e multidimensional. Através do estudo das técnicas, Santos (1996) aponta que as fronteiras entre natureza e cultura são reais, mas suas inter-relações são tão dinâmicas e mediadas pela intencionalidade humana que se torna complicado separar o ‘natural’ do ‘artificial’. De modo que, na atualidade, a tendência do meio natural é converter-se progressivamente num meio ‘técnico-científico-informacional’ (SANTOS, 1996). Nesse caminho, Santos (1996) conclui que o espaço é um híbrido, sendo um produto da inseparabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações, numa interação repleta de elementos intervenientes, intercambiantes, simultâneos e contraditórios. Logo, mais que simples forma (morfologia), o espaço apresenta sempre uma função e uma estrutura, que por sua vez, são determinadas socialmente.

Sobre este ponto, Souza (2015) acrescenta que a própria ideia de natureza é historicamente e culturalmente construída e “só adquire pleno sentido à luz da dinâmica social”. De modo que a natureza que interessa os geógrafos físicos não deveria ser aquela de sentido laboratorial e desumanizado, e os geógrafos humanos devem reconhecer que os conceitos, raciocínios e resultados empíricos da pesquisa ambiental podem lhes ser muito úteis:

“Muito embora a natureza não se confunda inteiramente com a sociedade, ela está, ao mesmo tempo, na sociedade (a materialidade da natureza transformada pelas relações sociais); e, quanto à sociedade, mesmo que ela não se confunda inteiramente com a natureza, ela está, ao mesmo tempo, na natureza (a ideia de natureza como cultural e historicamente produzida).” (SOUZA, 2015, p.29)

Desse modo, Souza (2015) sinaliza alguns pressupostos que consideramos fundamentais para um enfoque contemporâneo da relação entre sociedade e natureza. Primeiramente, a natureza não pode ser reduzida a algo puramente exterior ao homem, pois a própria ideia de natureza tem de ser reconhecida como sendo historicamente e culturalmente condicionada. Em segundo lugar, a ‘humanização’ da natureza não pode ser essencialmente reduzida à sua transformação material por meio do trabalho. É essencial levar em conta o conjunto das relações sociais, investigando os “imaginários específicos que dão sentido e significado à natureza e à sua transformação material” (SOUZA, 2015).

Este autor acrescenta ainda a necessidade de compreender que as relações sociais são sim condicionadas pela ‘natureza primeira’, mas esse condicionamento é sempre culturalmente relativo, pois cada sociedade atribui um significado singular às condições naturais e se comporta de forma diferenciada perante as mesmas (SOUZA, 2015). De maneira semelhante, Rua (2009) pontua que a natureza deve ser pensada “a partir de uma Geografia Humana que abranja esse natural, isto é, repensando o Humano, dentro da própria Geografia Humana”. Nessa direção, aprofundar a dimensão social do espaço significa repensar a sua própria dimensão natural como “produto da interpretação humana”, permitindo “romper com o modo binário de pensar o social e o natural em oposição” (RUA, 2008).

Nesse transcurso, Carlos (2011) complementa que, ao considerarmos a condição social do espaço, veremos que a natureza se apresenta como um conjunto de objetos ricos de sentidos, pois “se revela como obra e como manifestação da potência do ser”. Segundo esta autora, o processo de reprodução das relações sociais se realiza numa relação dialética entre sociedade-natureza, em que “cada elemento da relação se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço, ambos como criação real” (CARLOS, 2011). Este entendimento nos permite concluir que o espaço se apresenta, de forma simultânea, como condição, meio e produto da relação sociedade-natureza, em sua totalidade concreta. Ou seja, o espaço é: uma condição para que esta relação aconteça; um produto das práticas humanas que metamorfoseiam a natureza numa realidade social; e um meio para o movimento de reprodução da própria sociedade, que conseqüentemente, produz o espaço ao se reproduzir.

Portanto, sob esta perspectiva geográfica, “a natureza que importa não é aquela das ‘forças naturais’, mas sim a natureza para a sociedade” (SOUZA, 2015). Sendo o espaço uma forma-conteúdo densamente social, as dinâmicas a serem ressaltadas pela Geografia são as dinâmicas das relações sociais, num sentido totalizante, sem perder de vista as dinâmicas naturais e sua relevância na produção do espaço. Agora, se torna preponderante abordarmos este movimento de produção espacial, aprofundando a reflexão sobre como a interação entre o social e o natural é sempre historicamente determinada e mediada por relações de poder.

ESPAÇO, TEMPO E PODER

Considerando a reflexão construída até aqui, é possível perceber que a ideia de espaço como condição, meio e produto das práticas sociais, no processo de transformação da natureza em mundo humano, aponta para a noção de um espaço em movimento de produção contínua ao longo do tempo. Nesse sentido, ao olharmos o espaço sob a lente temporal, veremos que a cada momento histórico, cada tipo de sociedade constrói uma geografia diferenciada, que lhe é condizente em termos objetivos e subjetivos. Isto é, o curso da história mundial revela milhares de formas de organização do espaço, todas elas correspondentes com as temporalidades de cada formação social.

Em nossa leitura, estes modos de organizar o espaço, não apenas refletem variados contextos temporais, mas também apresentam múltiplas maneiras de fazer e de pensar o espaço. Maneiras que expressam ordens sociais distintas e guardam assimetrias de poder entre si, se somando, sobrepondo e negando umas às outras. Assim, sob uma miríade de conflitos e contradições, estas várias formas da sociedade ‘construir o espaço’ apontam para a diversidade de ritmos do tempo social e seus pesos simbólicos, que coexistem de forma simultânea e desigual nos diferentes arranjos da vida contemporânea.

Os termos acima assinalados abrem o caminho que possibilita a compreensão sobre a ‘produção do espaço’. Noção preconizada por Lefebvre (2006), a partir da tese segundo a qual todo modo de produção “organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo)”. Este entendimento sinaliza que a sociedade, em seu processo constitutivo de reprodução das relações sociais, produz continuamente o espaço num movimento incessante, tornando-o um produto da sua própria existência:

“Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos; uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.” (LEFEBVRE, 2006 p.48)

Nesta perspectiva, as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais e vice-versa (CARLOS, 2011). A consciência sobre este movimento supera a ideia de sociedade atuando sobre o espaço, a partir do entendimento de que as práticas sociais são espaciais e produzem espaço, estando nele ancoradas e representadas. Bem como, desmistifica a noção de um espaço neutro ou acabado, pois o espaço enquanto produto social e histórico revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produzem. Nestes termos, o espaço realizado enquanto produção social remete à ideia de um espaço em movimento, tal como uma construção inacabada, sempre em curso.

É importante notar que este movimento de produção espacial se apresenta num sentido multidimensional e dialético, sob a complexa relação materialidade-imaterialidade (SOUZA, 2015). Pois se refere tanto à realização material de objetos técnicos, quanto à construção de imaginários, normas e comportamentos, espacializados de acordo com uma dada lógica e em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção. Lefebvre (2006) aponta para o fato de que o espaço não se resume a sua realidade objetiva, ele é também subjetivo, carrega simbolismos e representações poderosas, que são determinantes nos modos de ser e agir dos sujeitos sociais.

Diante disso, vale lembrar que o espaço produzido socialmente é também a condição e o meio da própria produção social. Por isso, não é apenas o resultado das práticas humanas interagindo com a natureza, mas se faz determinante desde o princípio desta relação, interferindo de forma direta nos mais variados níveis da vida social, seja na disposição material das trocas da sociedade ou na elaboração de suas mentalidades, leis e identidades. Sendo assim, o próprio indivíduo se insere como sujeito social ao produzir o espaço que lhe produz. Neste processo de constituição mútua, podemos pensar a noção de espaço tanto como produto quanto produtor das relações sociais de produção:

“Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-

produtor, suporte das relações econômicas e sociais.” (LEFEBVRE, 2006, p.7)

Seguindo a construção deste raciocínio, Lefebvre (2008) demonstra como a noção de produção possibilita a análise do conteúdo que transcende as formas aparentes ao focar os processos sociais que dão origem e explicam a morfologia do espaço. Deste modo, a teoria permite desvendar os ‘fluxos’ como matriz dos ‘fixos’ e, assim, interpretar os objetos com poder de agência sobre as ações (Santos, 1996). Iluminando as intencionalidades por detrás das aparências ao elucidar os sujeitos sociais que produzem o espaço e as mediações que tornam o processo real. Logo, a análise desta produção envolve diferentes dimensões e momentos interconectados da realidade espacial, que podem ser captados ao intelecto através das valiosas tríades conceituais propostas por Lefebvre (2006).

Para o autor, uma das possibilidades de compreendermos a espacialidade desta produção se dá sob a inter-relação dos termos: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Em um movimento triádico, o espaço é produzido socialmente por ‘práticas espaciais’, que estão associadas às experiências prático-sensíveis, constituindo-se a partir das percepções construídas na vivência cotidiana do espaço. Estas práticas se realizam dialeticamente na dinâmica entre apropriação e dominação espacial, ambos os movimentos carregando suas representações e geometrias de poder entre si (Massey, 2000).

Desta maneira, as ‘representações do espaço’ se referem aos imaginários, ideologias e símbolos reproduzidos pelos atores hegemônicos da sociedade, que concebem o espaço como uma abstração ao realizar seus planos e estratégias de acordo com saberes técnicos e racionais capazes de mensurar e quantificar o espaço. Seria, portanto, o espaço dominante dos tecnocratas, da razão instrumental e do ordenamento territorial, das representações normativas e mercadológicas. Entretanto, as representações do espaço pode até ser hegemônicas, mas não são totais, outras interpretações, outros códigos do espaço persistem. E a qualidade do espaço se apresenta múltipla e contraditória, revelando também os denominados ‘espaços de representação’, que dizem respeito aos espaços de expressão das sensações de mundo

e apropriações simbólicas não-dominantes, abrindo margem para as insurgências e movimentos sociais de resistência às verticalidades do espaço.

Esta construção teórica se relaciona diretamente com outra tríade espacial – espaço vivido, espaço concebido e espaço percebido – elaborada também por Lefebvre (2006), com enfoque na corporeidade do sujeito social, que complementa o entendimento do movimento de produção espacial. Sob esta lente, o ‘espaço vivido’ sinaliza o âmbito da vivência cotidiana, no qual sentimos a realidade ‘na pele’ e marcamos presença realizando nossas práticas diárias. Mas esta mesma vivência, que um dia supomos ser inteiramente guiada por nós mesmos, também é produzida em outras esferas e escalas espaço-temporais, referentes ao ‘espaço concebido’ pela ordem hegemônica do espaço. Neste enredo, emergem tensões e contradições que problematizam a vida e desaguam em diversas leituras do real referentes ao ‘espaço percebido’ de cada um que busca um sentido na realidade.

Deste modo, é relevante perceber que as divisões tripartites da realidade espacial não são efetivamente reais, pois consistem em diferentes momentos analíticos do espaço, não devendo ser consideradas fora do nível teórico da pesquisa. Nesse sentido, na medida em que estas tríades são autônomas, elas também mantêm relações entre si, e seus termos adquirem complexidade quando postos em interação dialética. Para Lefebvre (2006; 2008), cada tríade aborda uma perspectiva elementar da produção do espaço e funciona como uma “lupa” direcionada para dimensões específicas que constituem o espaço: a corporeidade, a espacialidade e a temporalidade.

Em relação a esta última, podemos notar que a teoria lefebvriana trabalha com o presente (a realidade atual), o passado (a herança inscrita no espaço) e com o futuro (o possível, o projeto), evidenciando as múltiplas temporalidades, que coexistem no mesmo período histórico (Lefebvre, 2006). Neste quadro, o espaço e o tempo precisam ser considerados em conjunto, através de sua relação intrínseca e permanente, visto que um não pode ser compreendido sem o outro (Sposito, 2004). Logo, considerando que a dimensão espacial e a temporal não se encontram separadas e que suas representações assumem singularidades no contexto de cada sociedade, faz sentido pensar em diferentes espacialidades e temporalidades (espaço-tempos) da prática social.

Sobre este tema, Harvey (2012) se apoia no aporte teórico de Lefebvre ao propor uma distinção analítica entre três concepções de espaço (espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional), que refletem suas diferentes relações com o tempo e se baseiam em diferentes correntes de pensamento filosófico. Segundo o autor, o espaço não pode ser em si mesmo e ontologicamente nem absoluto, nem relativo, nem relacional, mas pode assumir cada uma destas condições de acordo com o conteúdo das práticas sociais:

“Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma,” com existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chama-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos.” (HARVEY, 1973, p.13)

O autor aponta que o ‘espaço absoluto’ seria vazio e inerte, descolado da experiência e da própria materialidade, como uma referência à priori da realidade, indo de encontro aos espaços filosofados por Descartes, Newton e Kant. Sob os princípios matemáticos da cartografia e da geometria euclidiana, é o espaço dos projetos de engenharia e arquitetura, pensado tal como uma folha de papel em branco esperando os traços da lógica formal-positivista. Harvey (2012) pontua que “socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas”, referindo-se ao espaço da dominação, concebido e reproduzido pelos grupos sociais hegemônicos do espaço. Portanto, o espaço-tempo absoluto não comporta mais de uma temporalidade e não abre margem para incertezas ou ambiguidades, pois concebe apenas o ritmo da ordem e da lógica formal, como verdade absoluta.

Já o ‘espaço relativo’, por sua vez, leva em consideração as relações entre os objetos e se aproxima da experiência ao considerar as diferenças entre locais e situações. sendo formulado a partir da teoria da relatividade de Einstein, para o qual o espaço não seria um vazio real ou ideal, mas uma realidade material (relativa a um campo gravitacional), e o tempo só existiria na medida em que existe movimento no espaço. (Sposito, 2004). Esta concepção de espaço (e de tempo) põe em cheque as

certezas absolutas ao relativizar as múltiplas geometrias do real em função da referência do observador. Tal entendimento do espaço, então, já contempla diferentes espaços, tempos e perspectivas, se particularizando de acordo com cada interação objetiva.

Entretanto, Harvey (2012) afirma que o espaço relacional é aquele que está contido nos objetos, na medida em que estes só são concretos porque contém e representam dentro de si próprios a relação com outros objetos e espaços. Sob esta condição, o espaço relacional é indissociável do tempo, pois seus objetos estão repletos de histórias e suas representações se constituem internamente aos processos de sua própria produção. Sob esta ótica, o movimento do espaço não é explicado pontualmente, pois não se resume em sua materialidade, mas por todo o quadro espacial em que este movimento se insere. Neste estudo, buscamos um ponto de vista relacional da realidade espacial, mas sem excluir suas condições absoluta e relativa, visto que as três se interpenetram na vivência cotidiana do espaço.

Dessa maneira, tal dialética tridimensional embasa e orienta a análise do espaço elucidando também os atores e agentes que coexistem na trama do cotidiano, de modo a revelar as tensões e subordinações entre seus diferentes projetos de mundo. Nesta perspectiva teórica, Hasbaert aponta que o paradigma territorial hegemônico, em sua visão absoluta, pensa o espaço a partir da sua suposta homogeneidade universal, colocando-o como extensão ou recurso a ser explorado. Por isso, para os grupos sociais dominantes, o espaço serve como instrumento político de dominação, integrado as suas estratégias de controle funcional e simbólico da sociedade. Em contraposição a este modelo territorial dominante estariam postas numerosas outras ordens territoriais e táticas de apropriação do espaço vivido, que coexistem sob múltiplos conflitos de poder entre si.

Sob este entendimento, todo espaço é um campo de forças sociais e revela uma gama de poderes contraditórios, pois cada sujeito, com suas intencionalidades e objetivos historicamente determinados, se apropria de espaços que são também apropriados pelo Outro – que, na realidade, é o coletivo (Carlos, 2011). Deste modo, tais maneiras de ser e estar no espaço, de usa-lo e ocupa-lo, entram em choque entre si e quando condicionados pela lógica do Poder hegemônico (do ordenamento do Esta-

do, das grandes corporações econômicas e elites empresário-comerciais), que reproduz suas relações de dominação por todo o espaço (Ferreira, 2007). Nesse sentido, o professor João Rua (2007) ressalta que a sociedade como um todo produz o espaço e também com ele um modo de vida, de pensar, sentir e imaginar a realidade. Acrescentando que, se o espaço está associado à produção social capitalista, que se reproduz desigualmente, o movimento de produção do espaço se mostra igualmente desigual.

Carlos (2011) considera pertinente pensar sobre o processo de ‘reprodução do espaço’, num sentido orientado por uma ordem globalizada, que projeta e reproduz representações dominantes no âmbito da vida cotidiana. Nos marcos de um desenvolvimento geográfico desigual e combinado, a reprodução capitalista do espaço se baseia na manutenção de uma estrutura social desigual através da reprodução de um conjunto de normas, valores e parâmetros convenientes à lógica da mercadoria, definindo os modos de ser e agir dos variados grupos sociais nos diferentes locais de realização da vida. Assim, a ordem social dominante se atualiza sob uma ‘geometria de poder’ muito assimétrica, sustentada pela força das representações que reproduz sobre o espaço (MASSEY, 2000).

Sob esta ótica, é possível entender a reprodução do espaço capitalista contemporâneo como um movimento que homogeneiza, fragmenta e hierarquiza o espaço social (LEFEBVRE, 2006). Homogeneiza certas dimensões do espaço ao reproduzir morfologias, estratégias, consensos e comportamentos padronizados, característicos da mundialização da sociedade moderna-ocidental. Ao passo que também fragmenta outras dimensões – materiais e imateriais – sinalizando um espaço essencialmente segregado na esfera do acesso, da mobilidade, do consumo, da moradia e dos usos diversos. Nesse processo, o espaço vivido que se repete e reparte em fragmentos também se reorganiza com base em hierarquias, diante das assimetrias que se dão entre os lugares, as pessoas e seus projetos. E assim, se configura uma espacialidade contraditoriamente homogeneizada, fragmentada e hierarquizada para a reprodução das práticas sociais.

Deste jeito, concordamos com Haesbaert (2005) quando este afirma que o conceito de território coloca o foco do olhar geográfico nas relações de poder do espaço,

dos conflitos sócio-políticos. Ao analisar a etimologia da palavra ‘território’, o autor aponta para sua dupla conotação – “terra-territorium” (base territorial física) e “terreo-terror” (terror, ato de aterrorizar) – significando tanto dominação da terra quanto inspiração do medo e terror social (HAESBAERT, 2014). Logo, é importante notar que todo território é funcional e simbólico, sendo caracterizado por diferentes escalas de poder coexistentes, do Poder instituído ao poder microfísico. Tal como Ferreira (2007), Hasbaert (2014) aponta para a tensão entre os movimentos de dominação e apropriação do espaço, colocando que o território desenvolve-se ao longo de um ‘continuum’ dentro do jogo contraditório destes processos: que vão desde o poder no sentido mais objetivo e explícito (aparente nas formas) até o poder no sentido mais simbólico e implícito (por detrás das aparências).

Como bem coloca Haesbaert (2014), os territórios (e as territorialidades) devem ser “trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que envolve multiplicidade de poderes e sujeitos sociais”. Enquanto o Estado capitalista moderno reproduz a lógica territorial uniformizadora e totalitária – através de uma racionalidade absoluta, que não admite justaposição de poderes, representações ou jurisdições – também é evidente que convivemos cada vez mais com múltiplos territórios e múltiplas territorialidades, de maneira conflituosa e complexa. Pois, se o espaço da dominação se desenvolve sob o princípio da desigualdade e da exclusividade, o espaço da apropriação se constrói sob o princípio da diferença e das múltiplas identidades. Assim, representações de espaço e espaços de representação se confrontam e co-determinam.

Nessa perspectiva, é possível concluir que o espaço visto como um componente do poder é mais do que um meio instrumental para criar e manter a ordem, “é uma estratégia para reproduzir um contexto geográfico” de experiências e significados (HAESBAERT, 2014). Deste modo, as relações de poder se espacializam segundo uma dada ordem social, realizando “funções” e carregando significados, que, por vezes, também desviam da lógica dominante e se contrapõe ao projeto de um mundo capitalista, num movimento contraditório e indissociável. Por isto, nos tempos atuais, devemos superar progressivamente a velha ideia de território fechado, absoluto e normativo, na direção de um entendimento sobre múltiplos territórios aber-

tos a múltiplas territorialidades, no sentido relacional do espaço (HAESBAERT, 2005; 2014).

Sob esta leitura geográfica, a ‘produção-reprodução’ do espaço contemporâneo revela as diversas temporalidades da prática social e as diferentes escalas de poder que se sobrepõem, justapõem e contrapõem neste movimento. A partir deste entendimento, fica claro que a história do espaço é uma história sobre as relações de poder no espaço (ou melhor, entre os espaços). Sendo assim, resta ver como a construção teórica realizada até aqui é capaz de considerar os múltiplos desenvolvimentos e sustentabilidades existentes no mundo, e como este debate é capaz de desmistificar um conjunto de ‘certezas’ que ainda pairam sobre o pensamento geográfico na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESPAÇO(S), DESENVOLVIMENTOS E SUSTENTABILIDADES

A leitura construída até aqui, apresenta o espaço como condição, meio e produto das práticas espaciais, isto é, da relação sociedade-natureza em sua totalidade concreta. Nesta relação, a ação humana se realiza enquanto ação espacial, metamorfoseando a realidade natural de modo material e subjetivo ao produzir um espaço com conteúdo progressivamente social. Como vimos, este espaço produzido socialmente é sempre historicamente determinado pelo movimento de poderes contraditórios: dos sujeitos que se confrontam entre seus projetos de dominação ou apropriação territorial.

Sob um entendimento relacional, veremos que estes projetos desiguais de transformação do espaço carregam consigo representações, histórias e sabedorias oriundas de outros espaços, para além daqueles onde os projetos se materializam. Isto é, as distintas maneiras de fazer e de pensar o espaço no qual estamos inseridos não se limitam e nem se explicam por completo em função de onde estamos, pois se constituem na inter-relação com os diversos ‘espaço-tempos’ da vida social.

Nesta direção, a análise integra diferentes escalas dos processos espaço-temporais, permitindo nos apoiar nas ideias de Rua (2007; 2008) sobre os múltiplos desenvolvimentos e as múltiplas sustentabilidades no/do espaço. Em sua perspecti-

va, o conceito geográfico de território – tal como pensado por Haesbaert (2005; 2014) e explicitado nas páginas anteriores - se apresenta como o conceito geográfico mais significativo e eficaz para a compreensão desta proposta teórica. Para Rua (2008), é necessário trabalhar com o território a partir de uma “visão multidimensional, relacional e integradora, com fluidez, movimento e interconexão”, visto que:

“O território é marcado por relações de poder, explícitas ou simbólicas, exercidas por atores diversos, numa arena de luta em que confrontam suas visões de mundo. Territorializar-se (transformar o espaço em território) por apropriação (valor de uso) ou por dominação (valor de troca) significa participar de conflitos que expressam a mudança, a transformação, portanto, o desenvolvimento.” (RUA, 2008, p.6)

Considerando este pensamento, o ato de se territorializar é um ato de se desenvolver no espaço e, por sua vez, a noção de múltiplos territórios e territorialidades ilumina o fato de que não faria sentido falarmos de um único desenvolvimento humano ou espacial. Porque existiriam tantos desenvolvimentos quanto territorializações existentes no mundo. E como este é, de forma cada vez mais intensa, um mundo capitalista, “é preciso levar em conta que os processos de territorialização apresentam-se subjetivamente desiguais, combinados e contraditórios” (RUA, 2008, p. 7). Nesse sentido, o autor se baseia na teoria do ‘desenvolvimento desigual e combinado’, dialogando com Soja (1983), Smith (1988) e Harvey (1996, 2000, 2006) para mostrar como este instrumental analítico do espaço é capaz de considerar o aperfeiçoamento da lógica capitalista e sua organização societária, num desenvolvimento que se apresenta geograficamente desigual.

Deste modo, o ‘desenvolvimento geográfico desigual capitalista’ é apresentado pelo autor o como um movimento concreto e condicionado pela lógica capitalista de produção do espaço, que se acentua de forma extensiva e intensiva pelo planeta. Uma lógica baseada no direito jurídico da propriedade privada, que concebe a natureza enquanto recurso a ser explorado e consumido, marginalizando e desvirtuando todas as outras lógicas de interação sociedade-natureza que não convergem para seu sentido mercadológico (MOREIRA, 2004). Assim, esta mesma lógica que segrega se reproduz através da homogeneização dos valores e costumes sociais baseados nas representações dominantes do mundo da mercadoria, deslegitimando e hierarqui-

zando as práticas espaciais não-capitalistas na tentativa desesperada de igualização do não-igual.

Sobre este ponto, é interessante notar que esta racionalidade capitalista se consagra dominante por sua capacidade de se adaptar às suas crises englobando as suas críticas. Neste movimento, os desenvolvimentos que desviam ou confrontam este modelo hegemônico de desenvolvimento societário são desacreditados e reduzidos pelas dicotomias da razão dominante (o atrasado e o moderno, o pobre e o rico, o desenvolvido e o subdesenvolvido, o legal e o ilegal, etc.) e ressignificados segundo a lógica fetichizada da mercadoria (o exótico, o tradicional, o rústico, o orgânico, etc.). Assim, ao longo do tempo, o desenvolvimento capitalista vai “mobilizando a diversidade social e material em seu favor” (RUA, 2008, p. 8), convertendo a vasta história do mundo numa narrativa de conquista (da natureza, da sociedade e suas representações) protagonizada pelos ‘vencedores’ do processo civilizatório.

Assim, a consciência sobre a (re)produção desigual e combinada do espaço capitalista revela o ‘desenvolvimento geográfico desigual’ como um processo concreto, mas também como possibilidade de integrar diferentes escalas de tempo e de poder na análise espacial. Ao interpretarmos os territórios e as territorialidades como produto-materialização e expressão-devir dos múltiplos desenvolvimentos espaciais existentes, fica evidente que as desigualdades produzidas pela racionalidade capitalista dominante geram uma gama de entraves para a realização da vida humana, mas fica claro também que tal razão nunca se reproduz de forma linear, absoluta e total. Pelo contrário, diante da lógica geral dominante também se multiplicam resistências, desvios e táticas de (sobre)vivência, maneiras genuínas de cada sociedade se sustentar frente ao desenvolvimento capitalista global:

“A concepção de desenvolvimento geográfico desigual contém a fusão de dois elementos: a mudança das escalas e a produção das diferenças geográficas. Ambos resultam da aproximação de diversos momentos, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas “arcaicas” e “modernas”, das interações espaciais em suas dimensões materiais e imateriais, desiguais e contraditórias, que marcam um determinado território. Essas diferenças geográficas que nos levam a falar de desenvolvimentos geográficos desiguais, numa tentativa de enfatizar as particularidades e singularidades de cada formação econômico-social, em suas múltiplas escalas, mas integrada à lógica mais geral do capitalismo, em outras escalas. É nesses lugares, onde vivem os sujeitos concretos, em sua singularidade individual e social, que se vão explicitar, segundo nosso ponto de vista, as sus-

tentabilidades múltiplas, abertas, contraditórias, territorializadas.” (RUA, 2008, p.9)

Nesse sentido, Rua (2008, p.12) busca enfatizar “as múltiplas sustentabilidades integradas aos múltiplos territórios, às multiterritorialidades e aos múltiplos desenvolvimentos”, no esforço de ressaltar as resistências à lógica hegemônica, dando visibilidade para as suas identidades e suas manifestações espaciais. As sustentabilidades de um grupo social são sempre multidimensionais e contextualizadas de acordo com cada período histórico. Assim, cada modo de organização social engendra sustentabilidades distintas, particulares e singulares ao longo do tempo. Conforme este autor, os múltiplos desenvolvimentos e as múltiplas sustentabilidades estão alicerçados numa identidade territorial que, na maioria das vezes não se restringe à malha político-administrativa (RUA, 2008).

Desta maneira, ambas as ideias – desenvolvimentos e sustentabilidades – devem evitar uma visão fechada sobre território, que geralmente está ligado apenas às divisões administrativas, e se fundar sobre um olhar plural para a realidade espacial, que enfatize a dimensão simbólica dos territórios vividos por sujeitos desviantes à ordem dominante. Sob esta orientação, nossa reflexão se encaminha para a compreensão de ‘múltiplos espaços e múltiplas espacialidades’ contidas no próprio espaço. Numa proposta de pensar as ‘diversas maneiras de produzir espaço’ dentro do movimento geral de produção do espaço. Tal pensamento, apesar de soar redundante, pode iluminar muitas questões para o estudo geográfico, ao articular as noções de ‘desenvolvimentos’, ‘sustentabilidades’ e ‘produção do espaço’ (ou ‘produções’, também no plural).

Assim, nos referimos a um espaço multidimensional em movimento dialético: que é fundamento material para a reprodução da vida, mas também um constructo do imaginário social; que é produzido pelas ações da sociedade ao longo da história, mas também “reage” sobre ela, interferindo nos seus mais variados níveis; que é concebido como estratégia de dominação, mas que é vivido como apropriação coletiva; ou ainda, que na atualidade do capitalismo se desenvolve de forma desigual e combinada, mas que revela múltiplos desenvolvimentos e sustentabilidades geográficas existentes, possíveis e impossíveis.

Sob nosso ponto de vista, este entendimento abre alguns caminhos para consolidarmos uma matriz teórica potente e capaz de problematizar algumas ‘certezas’ que ainda são reproduzidas pela própria Geografia enquanto ciência. Buscamos aqui, a partir do entendimento construído sobre o conceito-chave de espaço, sinalizar cinco breves pontos que, considerados em conjunto, podem superar algumas dicotomias, reducionismos e limitações que ainda hoje reproduzem um conhecimento geográfico cego e passivo diante da realidade social. Logo, as propostas a seguir contribuem no sentido de desmistificar e desconstruir determinados postulados falaciosos que se difundem nos estudos geográficos sobre o espaço. Não pretendemos esgotar o debate nestes cinco apontamentos críticos, mas ao menos ‘revirar’ o estado atual do pensamento subserviente à racionalidade hegemônica. Para isso, organizamos nossos argumentos nos seguintes tópicos:

- *Relação sociedade-natureza*: se a Geografia ainda não superou por completo as cisões entre sociedade e natureza, os geógrafos precisam compreender que não basta adicionar a conotação social no prefixo da palavra ambiental para resolver a questão, nos moldes de um estudo ‘socioambiental’. Ressaltamos que a dimensão da sociedade não pode ser um ‘adendo’ ou um ‘componente’ a mais no estudo geográfico, pois as práticas sociais necessitam ser tratadas com maior profundidade científica. Ao pensarmos o espaço de maneira multimensional, enfatizando a contradição entre suas determinações sociais e naturais, propomos que ele seja interpretado como um híbrido, tal como formulado por Santos (1996).

Desta interpretação, podemos relacionar dialeticamente a natureza, enquanto obra (materialidade) e representação (subjetividade) social, com a sociedade e suas ações, que são condicionadas (até certo ponto) pelas dinâmicas físico-ecológicas, mas que, acima de tudo, tem sido o principal motor de transformação das condicionantes naturais nos últimos séculos. Assim, se torna cada vez mais evidente que o estudo sobre sociedade ilumina o entendimento sobre os processos da natureza e vice-versa. Seguindo a visão de Souza (2015), não devemos negligenciar nem um ‘polo’ epistemológico nem o outro, mas escolher nosso foco dentro da relação intrínseca entre os dois.

- *Relação espaço-tempo*: se por um longo período a dimensão histórica foi negligenciada no estudo geográfico do espaço, hoje fica claro que não podemos separar a dimensão espacial da dimensão temporal em nossas pesquisas. Se quisermos conhecer e transformar a realidade social em que vivemos precisamos unir o conceito de espaço e ao conceito de tempo, pensando os dois termos cada vez mais integrados, em inter-relação, como um 'espaço-tempo'. Deste modo, podemos considerar que toda geografia conta uma história e que toda história se materializa geograficamente.

Assim, devemos interpretar o espaço e o tempo em sua complexidade – o espaço como uma produção histórica (sempre de forma contextualizada), mas que inclui (aqui e agora, no momento presente) variadas temporalidades das práticas sociais e dos objetos técnicos. E não nos referimos apenas à confluência de períodos históricos numa paisagem, por exemplo, é importante ir além e estar atento aos distintos ritmos e cadências das ações, dos fenômenos e dos processos que coexistem no espaço em movimento. Esta multiplicidade de ritmos espaciais deve ser valorizada na Geografia, tanto em relação aos processos analisados na área humana quanto na área física, pois manifestam a dialética espaço-temporal de forma concreta.

- *Relação espaço-totalidade*: se pretendemos realizar uma leitura totalizante do espaço, outro ponto importante a se considerar é que nenhum lugar, paisagem, território ou região se explica por si mesmo. Sendo o espaço uma totalidade (aberta) integrada a outras totalidades, podemos presumir que todo espaço guarda relação com outros espaços e o estudo de uma de suas partes não explica por completo o movimento do todo. Isto é, o conceito de espaço nos permite e obriga a integrar variadas escalas para explicar os processos que estudamos. Nesse sentido, não devemos nos limitar a realizar 'estudos de caso', olhando para o espaço pontualmente, como se ele fosse desconectado de toda teia relacional na qual ele se insere. É importante estarmos atentos para considerar às outras escalas (espaciais e temporais) associadas às práticas espaciais ou aos processos naturais que costumamos ignorar em nossas pesquisas. E não precisamos fazer desta tarefa um fardo, mas esta integração de escalas como um dos principais 'competências' da Geografia enquanto uma ciência moderna.

- *Emancipação do conhecimento geográfico*: se pretendemos construir um conhecimento científico que seja fiel à realidade espacial, este ponto merece atenção especial. Em nossos estudos e pesquisas é primordial não nos limitarmos às representações da lógica territorial dominante, ou seja, às referências normativas e jurídicas do desenvolvimento capitalista hegemônico. Infelizmente, muitos trabalhos de Geografia não superam os limites dados por esta racionalidade e trabalham com classificações espaciais (como ‘urbano’ ou ‘rural’, ‘público’ ou ‘privado’, etc.) definidas pelos marcos jurídico-políticos do próprio desenvolvimento hegemônico. Desta maneira, como geógrafos que somos, devemos superar a ‘narrativa geográfica desigual e hegemônica’ no estudo do espaço, ou mesmo fora da ciência, problematizando sempre as representações de espaço criadas sobre nossos espaços de representação (desde os nomes oficiais dos lugares e suas especializações formais até os discursos de desenvolvimento concebidos de ‘cima para baixo’). Assim, trabalhar com outros territórios e outras territorialidades em nossos estudos pode ser desafiador, mas é uma necessidade de emancipação e demistificação da realidade social.

- *Socialização do conhecimento geográfico*: por último, mas não menos importante, acreditamos que é essencial trabalhar a partir dos conhecimentos, saberes e representações do espaço vivido pelos sujeitos sociais que são objetos de pesquisas da Geografia. As populações locais, as minorias sociais, os marginalizados apresentam uma vasta riqueza de olhares sobre a realidade social (e geográfica), mas muitas vezes nem ao menos são consultados em estudos sobre eles mesmos. Estudos nos quais tais sujeitos sociais deveriam ser os protagonistas na construção do conhecimento, já que vivem ‘na pele’ os processos que estudamos, mas que ainda permanecem como “objeto” a ser estudado, numa relação distante e fria.

Nesse sentido, devemos dar voz e visibilidade para aqueles que estão nas margens, é preciso tornar os sujeitos sociais ausentes em presentes – seja na realidade social ou no fazer das nossas próprias pesquisas, visto que reproduzimos suas ausências ao desconsiderar suas narrativas e pontos de vista em nossos textos. Na dimensão de uma Geografia Física esta tarefa é árdua, mas também seria revelador ouvir e valorizar o conhecimento daqueles sujeitos que, diferentes de nós, engendram outras leituras e representações sobre a natureza, estando nela enraizados de

outras maneiras. Assim, caminharemos avante no sentido de socializar os conhecimentos geográficos construídos na academia com aqueles construídos fora dela, e vice-versa, possibilitando simbioses semânticas para o estudo do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Eva Faustino da Fonseca de Moura. **Abordagem do sistema: geografia física x geografia humana**. 1º SIMPGEO/SP, Rio Claro, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005. USP.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, nº 28, p. 8-9, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

_____. **Espaço e política**. Minas Gerais. Editora: UFMG, 2008.

MAGALHÃES, Gledson; SILVA, Edson; ZANELLA, Maria. Análise geossistêmica: caminho para um entendimento holístico. **Revista GeoPUC**. Rio de Janeiro, 2009.

MASSEY, Doreen. O sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papiрус, 2000.

MOREIRA, Roberto. **Cultura, sustentabilidade e saberes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade**. 28º Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 2004. Caxambu. Minas Gerais, 2004.

RUA, João. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades. IN: RUA, João (org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

- _____. Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M; COELHO, M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- SALES, Vanda de Claudino. **Geografia, sistemas e análise ambiental: abordagem crítica**. GEOUSP – Espaço e Tempo, nº16, pp.125-151. São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- THRIFT, Nigel. Space: The Fundamental Stuff of Human Geography. In: **Key Concepts in Geography**. 2ª ed., 2009.

Recebido em 28 mar. 2018

Aceito em 3 jun. 2018.